



Comunicado de imprensa

Luxemburgo, 13 de outubro de 2016

"A UE tem de reconquistar a confiança dos seus cidadãos", afirmam os auditores da UE

Klaus-Heiner Lehne, o novo Presidente do Tribunal de Contas Europeu, alertou para o facto de as instituições europeias terem, em certa medida, perdido a confiança dos cidadãos da UE. Durante a apresentação do Relatório Anual dos auditores da UE relativo a 2015 perante a Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu, considerou que, nos próximos meses e anos, um importante desafio para a UE será reconquistar essa confiança. Klaus-Heiner Lehne declarou aos deputados que é evidente que é necessária uma reforma, mas seja qual for o seu formato, terá de assentar em alicerces financeiros sólidos. Para o conseguir, a UE deve ter uma contabilidade rigorosa, assegurar-se de que as suas regras financeiras são aplicadas corretamente, obter otimização dos recursos e oferecer transparência e garantia.

"As pessoas não poderão sequer começar a confiar nas instituições da UE se não acreditarem que tomamos devidamente conta do seu dinheiro e mantemos os registos adequados da forma como o fazemos", afirmou Klaus-Heiner Lehne.

Este ano, o relatório anual dos auditores da UE revela que os regimes de subvenções baseados no reembolso de custos dos beneficiários tendem a ter níveis de erro mais elevados do que os regimes baseados em direitos. Chama igualmente a atenção para os riscos para a gestão financeira que estão associados à prestação de apoio financeiro através de empréstimos, garantias e participações no capital, direta ou indiretamente, a partir do orçamento da UE.

Os auditores aprovaram as contas da União Europeia relativas a 2015, como têm feito todos os anos desde 2007. Concluem ainda que a cobrança das receitas da UE estava isenta de erros. Contudo, o nível de erro estimado no que respeita às despesas era de 3,8% (em comparação com 4,4% em 2014). Esta estimativa não constitui uma quantificação de fraudes, de falta de eficiência ou de desperdícios; trata-se de uma estimativa dos montantes que não deveriam ter sido pagos porque não foram utilizados inteiramente em conformidade com as regras da UE.

Os auditores continuam a encontrar praticamente o mesmo nível de erro estimado na modalidade de gestão partilhada com os Estados-Membros (4,0%), como nas despesas geridas diretamente pela Comissão (3,9%).

O relatório salienta que uma influência determinante no nível de erros nas despesas é a diferença entre os regimes baseados nos reembolsos, em que a UE reembolsa custos elegíveis com base em declarações apresentadas pelos beneficiários, e os regimes baseados nos direitos, em que o

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditorsECA](https://twitter.com/EUAuditorsECA)

Youtube: [EUAuditorsECA](https://www.youtube.com/EUAuditorsECA)

eca.europa.eu

pagamento depende do cumprimento de condições. O reembolso das despesas está associado a um nível de erro muito mais elevado (5,2%) do que as despesas baseadas em direitos (1,9%).

As medidas corretivas tomadas pelas autoridades dos Estados-Membros e pela Comissão tiveram um impacto positivo no nível de erro estimado, afirmam os auditores. No entanto, embora a Comissão tenha dado passos no sentido de melhorar a sua avaliação dos riscos e do impacto das medidas corretivas, existe ainda margem para melhorias. Uma parte significativa dos erros poderia ter sido evitada ou detetada e corrigida antes de os respetivos pagamentos serem efetuados.

Além disso, apesar de, globalmente, existir um nível razoável de conhecimento das recomendações dos auditores aos Estados-Membros, o grau de acompanhamento formal é muito variável. Por conseguinte, não são abundantes as provas de alterações nas políticas e práticas ao nível nacional.

Nota aos diretores das publicações

O Tribunal de Contas Europeu é a instituição de auditoria independente da União Europeia. Os seus relatórios e pareceres de auditoria são um elemento essencial da cadeia de prestação de contas da UE. As suas realizações são utilizadas para pedir contas - especialmente no âmbito do procedimento de quitação anual - aos responsáveis pela gestão do orçamento da UE. Esta responsabilidade cabe sobretudo à Comissão Europeia, assim como às restantes instituições e organismos da UE. Em cerca de 80% das despesas (essencialmente agricultura e coesão) essa responsabilidade é partilhada com os Estados-Membros. Os auditores testam amostras de operações de modo a fornecer estimativas baseadas em estatísticas da medida em que as receitas e os diferentes domínios de despesas (grupos de domínios de intervenção) estão afetados por erros.

As despesas orçamentais da UE totalizaram 145,2 mil milhões de euros em 2015, ou seja, cerca de 285 euros por cidadão. Representaram cerca de 1% do rendimento nacional bruto da UE e aproximadamente 2% do total das despesas das administrações públicas dos seus Estados-Membros.

O texto integral do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu relativo ao exercício de 2015 encontra-se em www.eca.europa.eu/pt/Pages/AR2015.aspx.